



**SERAPREP CLUBE MILITAR**  
**Seminário de Revisão, Atualização e Preparação para o Concurso à Eceme**

**CP-CAEM 2018 – 2ª SOMATIVA - HISTÓRIA**  
**[uma solução retirada do barema – FAC – remetido pela Escola]**

*Obs: Coloquei com fonte de manuscrito a fim de que vocês tenham uma ideia da extensão das soluções e da distribuição dos parágrafos. Observem a objetividade e a simplicidade da redação. Não é uma solução padrão, nota 10. É apenas uma solução, inclusive com algumas omissões, etc.*

*Lembre-se: a sua solução é a importante. Ela será avaliada pela forma e conteúdo (aplicação do método e expressão escrita + conhecimento) Ela não será comparada com outra. E a FAC é apenas um recurso para a retificação e ratificação da aprendizagem. Por isso, durante a preparação, é importante que cada um de vocês solucione questões, tantas quanto for possível, realize a autoavaliação e submeta suas soluções a companheiros ou orientadores para que indiquem erros ou omissões.*

**1ª QUESTÃO (Valor 6,0)**

**Estudar** a Política Externa Brasileira (PEB) durante os períodos de 1964 a 1974 e de 1975 a 1985 (Governos Militares)

**INTRODUÇÃO**

*A Política Externa Brasileira (PEB) é uma das dimensões da vida do Estado brasileiro. Por meio dela ele se relaciona com outros Estados, projetando sua imagem e explorando as possibilidades que se oferecem para a satisfação das necessidades da nação brasileira.*

*Durante o período de 1964-1985, o País foi governado por presidentes militares. Nesse período ocorria a Guerra Fria, caracterizada pelo embate ideológico entre o capitalismo ocidental e o comunismo soviético no cenário internacional.*

*Presidiram o país nesses quase vinte e um anos os generais Castelo Branco, Costa e Silva, Emílio Médici, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo, todos eleitos indiretamente pelo Congresso, de acordo com a Constituição de 1967*

*A seguir, será estudada a política externa adotada pelos governos militares durante os Governos Militares nos períodos de 1964 a 1974 e de 1975 a 1985.*

## DESENVOLVIMENTO

### 1. Política externa brasileira de 1964 a 1974.

A Estratégia de projeção internacional do Estado brasileiro nesse período esteve vinculado à clara opção pelo bloco ocidental e pela independência a fim de promover o desenvolvimento nacional e bloquear o avanço do comunismo no país.

Foi adotada a teoria dos círculos concêntricos de relacionamento externo, priorizando a América Latina, o Continente Americano e a comunidade ocidental, respectivamente.

A decisão do presidente Castello Branco de romper relações diplomáticas com Cuba, em 13 de maio de 1964, e, ainda de ampliar um pouco mais esse compromisso com Ocidente levaria o Brasil a enviar tropas brasileiras para uma intervenção, sob a égide da OEA, na República Dominicana.

No âmbito regional, a política externa brasileira seguiu a lógica de aproximação com os vizinhos sul-americanos. O Tratado da Bacia do Prata, assinado em 1969, é um exemplo disso. Seu principal objetivo seria "promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de Influência direta e ponderável".

O governo Castello Branco buscou reaproximação com o governo português, movido pelo interesse geopolítico luso de assegurar o arquipélago de Cabo Verde e de Angola.

O Brasil tornou-se um dos signatários do Tratado do México (Tlatelolco), em fevereiro de 1967, contribuindo para cooperar com a não-proliferação de artefatos nucleares sem, no entanto, deixar de investir na tecnologia nuclear para fins pacíficos.

A política externa brasileira seguiu a chamada "diplomacia do interesse nacional", priorizando as relações bilaterais mais convenientes para se alcançar os objetivos nacionais, independente da posição de cada um dos parceiros.

Os governos brasileiro e paraguaio assinaram, em abril de 1973, o Tratado de Itaipu. O acordo previa o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná por meio da construção de uma usina em regime de consórcio.

As tarefas prioritárias da política externa brasileira nesse período consistiram em negociar a abertura de novos mercados para a produção nacional e em aproximar-se mais

dos países fornecedores de tecnologia e de matérias-primas indispensáveis ao funcionamento do parque industrial brasileiro.

No governo Médici, a política internacional do Brasil assentou-se no projeto desenvolvimentista e adotou uma postura significativamente pragmática. Priorizou a busca de mercados, investimentos e parceiros comerciais diretos, alavancando o comércio exterior brasileiro, que, no período do “Milagre Econômico” (1968-1974), quase quintuplicou.

São medidas tomadas entre 1964 e 1974, a instalação das embaixadas no Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Líbia, países que haviam se tornado relevantes para relações exteriores do Brasil, em virtude das elevadas quantidades de petróleo que deles eram importadas, em troca por produtos brasileiros, como açúcar, café e manufaturados em geral.

Simultaneamente, intensificaram-se os contatos com Israel, objetivando incluir no programa geral de cooperação técnico-científica, em andamento, a cooperação no campo da pesquisa nuclear.

O Continente Africano foi outra região do Globo a merecer atenção da diplomacia brasileira. Esse interesse brasileiro pela África derivou da concepção geopolítica de que o Atlântico Sul é vital para a segurança do Estado Brasileiro.

### **Conclusão Parcial**

O núcleo da estratégia da política externa brasileira no período de 1964-1974 foi formado por fronteiras ideológicas, por círculos concêntricos de relacionamento, pela “diplomacia de prosperidade” e pelo interesse nacional, caracterizando o alinhamento com os principais países do mundo ocidental.

### **2. Política externa brasileira de 1975 a 1985.**

Os governos dos presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo vão alterar o eixo da política externa brasileira, tornando-a pragmática, priorizando o interesse nacional e expandindo as relações externas para todas as nações do mundo. Abandonar-se portanto o viés ideológico.

O restabelecimento das relações diplomáticas com a República Popular da China (RPC), foi a primeira das medidas de grande impacto adotadas.

O reconhecimento de Angola como Estado independente, em janeiro de 1975 foi uma decisão que surpreendeu pela ousadia

e que contribuiu para situar o Brasil numa posição de destaque no chamado Terceiro Mundo.

A liberdade brasileira de eleger os aliados considerados mais convenientes aos interesses nacionais manifestou-se principalmente em relação à África e igualmente em relação ao Oriente Médio, área até então situada fora do círculo de prioridade das relações internacionais do Brasil.

O Governo brasileiro redefiniu suas alianças na Palestina, apoiando com voto nas Nações Unidas, a reivindicação palestina de construção de seu Estado-Nacional e condenando o sionismo como manifestação de racismo.

A decisão brasileira de assinar o acordo de cooperação nuclear com a República Federal da Alemanha, em novembro de 1975 agravou nosso contencioso com os EUA relativo a esse tema.

O Brasil buscou maior entrosamento com os países da Europa Ocidental e com o Japão, em sintonia com as diretrizes do pragmatismo responsável e ecumênico. Fortaleceram-se os vínculos com o Segundo Mundo.

As negociações para a compatibilização dos interesses de Brasil, Paraguai e Argentina em relação ao aproveitamento do Rio Paraná para geração de hidroeletricidade prolongaram-se por todo o mandato de Geisel. Somente em outubro de 1979, já com o Presidente Figueiredo, as negociações chegaram a bom termo, mediante o Acordo Multilateral Corpus-Itaipu.

No que se refere às suas relações com as demais nações latino-americanas, a política externa brasileira encaminhou-se para a efetivação do multilateralismo

O Tratado de Cooperação Multilateral na Amazônia, assinado em Brasília em 3 de julho de 1978, figurou como um êxito dessa política, reunindo Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e o próprio Brasil. O tratado previa um esforço coordenado para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A linha básica da política externa do Presidente Figueiredo foi o universalismo, complementado pela dignidade e pela boa convivência entre as nações. Por universalismo, entendia-se a adaptação da política externa brasileira à irrefreável tendência de "mundialização" do sistema internacional.

A vertente terceiro-mundista do universalismo diplomático do Brasil estendeu-se também ao Oriente Médio e à Ásia. No

Oriente Médio, fortaleceram-se as relações com aqueles países produtores de petróleo e clientes do equipamento bélico de produção brasileira; neste conjunto, destacaram-se as relações com Iraque e Irã.

Na Ásia, o universalismo adquiriu sua melhor expressão, pois, do mesmo modo que aumentavam a aproximação política, comercial e a cooperação técnico-científica com a República Popular da China, o Brasil reafirmava suas boas relações com o Japão.

Atuando conforme o mesmo diapasão, buscou-se o estreitamento das relações diplomáticas com a Europa Ocidental e maior diálogo com os países da Europa Oriental.

### **Conclusão Parcial**

A política externa brasileira durante o período de 1975 a 1985 caracterizou-se pelo afastamento das fronteiras ideológica, pelo exercício do chamado pragmatismo responsável e pela política externa universalista. Tendo por objetivo principal o desenvolvimento nacional, orientou-se no sentido de integrar-se ao sistema internacional segundo lhe permitiu a conjuntura do período.

## **CONCLUSÃO**

A política externa brasileira durante o período dos “governos militares” buscou a autoafirmação do país no concerto das nações através de uma progressiva presença nos círculos de poder mundial, inicialmente no seu entorno e posteriormente em todo o planeta.

Em resumo, no primeiro período estudado, de 1964 a 1974, o objetivo perseguido foi o de reafirmar sua identidade nacional deixando claro seu alinhamento com os países liberais e capitalistas do Ocidente. Reconhecendo a existência da Guerra Fria, adotou as estratégias de reconhecimento das fronteiras ideológicas, da atuação progressiva em círculos concêntricos e a diplomacia para a prosperidade e de prioridade para os interesses nacionais.

No segundo período, de 1975 a 1985, abandonou o alinhamento ocidental e o substituiu pelo que foi chamado de pragmatismo responsável e pelas relações com todas as nações do mundo, segundo os interesses do Brasil.

*A política externa brasileira durante os “governos militares” buscou relações multilaterais, pacíficas e de não intervenção, contribuindo para atração de novos mercados e, para fortalecer o desenvolvimento nacional.*

*Os presidentes militares adotaram diretrizes nacionalistas, desenvolvimentistas e de oposição ao comunismo, preparando o País para a Nova República, que se instalou a partir de 1985.##*

## **2ª QUESTÃO (Valor 4,0)**

**Apresentar** o processo de integração sul-americana, nas expressões política e econômica, de 1985 a 2010, destacando o papel central do Brasil nesse processo.

### *INTRODUÇÃO*

*A integração sul-americana é um assunto que remonta a tempos passados com visões diferentes sobre seu aproveitamento. Sob uma perspectiva cultural, as propostas e os projetos políticos e econômicos, não foram adiante por não se atentar para essa característica. O Brasil, por ser o maior país em território e em contingente populacional na América do Sul, exerce, naturalmente, um protagonismo no processo de integração.*

*Das iniciativas das nações sul-americanas de formar blocos comerciais ou políticos, podem-se citar a Comunidade Andina (CA), a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e outros organismos criados já no século XX. Há dificuldade em se manter esses blocos em decorrência da discordância entre o ideário pan-americano (geopolítico e continental) e o latino-americano (cultural e regional).*

*Na atualidade, o Brasil tem assinado diversos acordos e tratados com os países da região com a finalidade de reforçar laços de união política e de ajuda econômica. Trabalhando no aperfeiçoamento do que já foi produzido, destacam-se o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União das Nações Sul Americanas (UNASUL).*

*Apresentar-se-á o processo de integração sul-americana, nas expressões política e econômica, de 1985 a 2010, destacando-se o papel central do Brasil nesse processo.*

### *a. Expressão política.*

*Algumas das iniciativas de natureza política para o processo de integração sul-americana foram as seguintes:*

*1) Foro de São Paulo (FSP) - É uma conferência de partidos políticos e organizações socialistas de esquerda, criado em 1990 por Luís Inácio Lula da Silva, a partir de um seminário internacional promovido pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Essa conferência foi realizada no Brasil com a participação de outros partidos e organizações da América Latina e do Caribe para discutir alternativas às políticas dominantes na região durante a década de 1990, chamadas de "neoliberais". O FSP promove reuniões dos partidos de esquerda, anuais ou bianuais e em variados países do continente. Durante os governos de 2003 a 2010, houve considerável apoio financeiro e logístico do Brasil aos eventos promovidos pelo Foro.*

*2) Bolívarianismo - Em 1999, assumiu o poder na Venezuela, o Tenente Coronel Hugo Chavez. Amparado em sua formação político-ideológica e militar, resolveu adotar alguns ideais de Simon Bolívar. Dentre estes, o de unir as nações que foram por ele libertadas no século XVIII na América Espanhola: Bolívia, Colômbia, Equador, Panamá, Peru e Venezuela. O governo brasileiro, a partir do início deste século, apoiou as pretensões de Chavez e da Venezuela, tornando-se importante para que fossem alcançados alguns resultados pelo bolívarianismo.*

*3) Cúpula Sul-Americana - Foi uma conferência diplomática entre os doze presidentes do subcontinente, com reuniões bianuais, celebradas entre 2000 e 2004, para acordar políticas de integração regional e temas de interesse dos países da América do Sul. No terceiro encontro, em 8 de dezembro de 2004, os presidentes ou representantes dos doze países sul-americanos assinaram a Declaração de Cuzco e, naquela ocasião, destacou-se a participação do Brasil no evento da fundação da então Comunidade Sul-Americana de Nações. Os líderes anunciaram a intenção de modelar a nova comunidade segundo os moldes da União Europeia, incluindo passaporte e parlamento e, no futuro, moeda comuns.*

4) *União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)*. Sua criação se deu em 23 de maio de 2008. O Tratado Constitutivo, assinado em Brasília, definiu a instalação da sede em Quito (Equador), o Parlamento, em Cochabamba (Bolívia) e a sede do Banco, em Caracas (Venezuela). O Brasil participou ativamente da iniciativa arguindo, inclusive, artigo mandatório da Constituição de 1988 a respeito da integração latino-americana.

**b. Expressão econômica.**

Na expressão econômica, foram várias as iniciativas no período considerado, nas quais o Brasil foi um dos protagonistas, sempre com o ideal de que as ações em bloco poderiam ser mais proveitosas para seus integrantes.

1) *Tratado de Buenos Aires*. Em 1990, Brasil e Argentina, por iniciativa brasileira, assinaram o Tratado de Buenos Aires, de integração econômica. Destaque-se que era bilateral, limitava-se a facilidades aduaneiras e fiscais e não visava a uma integração regional.

2) *Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)*. O MERCOSUL é um bloco econômico regional, criado em 26 de março de 1991, por decisão política das repúblicas de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, com a assinatura do *Tratado de Assunção*. Pelo Brasil, assinou o Presidente Fernando Collor de Melo. Foi estruturado institucionalmente em dezembro de 1994, com o *Tratado de Ouro Preto*. No MERCOSUL, destaca-se o protagonismo político e econômico do Brasil, por sua liderança regional, pelo seu porte e taxa de crescimento, podendo contribuir para a expansão dos demais países.

3) *Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)*. Visa à preservação do patrimônio natural da Amazônia segundo os princípios de desenvolvimento sustentável. Fazem parte os seguintes países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Os objetivos do tratado são a preservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais da Amazônia. As oito

nações decidiram criar a OTCA em 1995 para fortalecer e implementar os objetivos do Tratado. Destaca-se que, nesse mesmo ano, foi criada a Secretaria Permanente, sendo a OTCA a primeira organização sul-americana com sede em Brasília.

4) **O Bolivarianismo.** No processo de integração bolivariana, ressalte-se o apoio econômico dado pelo governo brasileiro ao governo bolivariano da Venezuela. Esse apoio econômico e financeiro, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) do Brasil, visou a atender a interesses políticos e ideológicos dos governantes de Brasil e Venezuela na ocasião.

5) **Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).** É um programa conjunto dos governos dos 12 países da América do Sul que visa a promover a integração física desses países, com a modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações, mediante ações conjuntas. Destaca-se que surgiu de uma proposta apresentada, em agosto de 2000 em Brasília, pelo governo brasileiro, com o propósito de estabelecer mecanismos de coordenação entre governos, instituições financeiras multilaterais e o setor privado a fim de atender à necessidade de integração da infraestrutura física dos diversos países da América do Sul.

6) **União das Nações Sul Americanas (UNASUL).** Este organismo, por sua natureza política, torna-se naturalmente o fórum no qual são gestados e estabelecidos os projetos e programas relativos à integração econômica dos países membros, permitindo-lhes o suporte a um desenvolvimento integrado. Ligados a UNASUL, seguramente surgirão os órgãos de gerenciamento de projetos como o de integração da infraestrutura que compõem o bloco sul-americano. Daí a sua importância também para a expressão econômica.##